

## CPLP pede livre circulação entre Estados-membros

O presidente da Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP), Salimo Abdula, acusou hoje os governos da organização de colocarem barreiras ao investimento ao impedirem a livre circulação de bens e pessoas entre os Estados-membros



Lusa

Economia Confederação Há 41 minsPOR Lusa

"Um dos problemas que os empresários têm identificado é a livre circulação de pessoas e bens e, que se existisse, o investimento [entre os Estados-membros] podia aumentar exponencialmente", declarou à Lusa Salimo Abdula, à margem de uma conferência hoje em Maputo sobre negócios entre Portugal e Moçambique, promovida pela Ordem dos Contabilistas Certificados e rádio TSF.

Dando o exemplo de Moçambique, onde é um destacado empresário, o presidente da CE-CPLP salientou a necessidade de o seu país começar a produzir mais para aumentar exportações, mas, para atingir esse objetivo, "a livre circulação de pessoas e bens tem sido um grande handicap".

Na sua intervenção durante a conferência, Salimo Abdula já tinha pedido aos governos para porem "a mão na massa" e resolverem este assunto.

"Criem 'autoestradas' e os empresários tratam do resto", declarou, apelando ainda aos governos para "eliminarem tabus" entre eles e que remetem para "40 anos atrás".

O investidor, antigo presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), comentou também a atual instabilidade entre Governo e oposição da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) estabelecendo a diferença entre "bocas entre políticos" ou a resolução de problemas "com uma arma à cabeça".

Para Abdula, Moçambique "tem de resolver definitivamente este problema", que diz ter mais eco no estrangeiro do que no próprio país.

"Incomoda-me ter de fazer um esforço titânico lá fora para explicar que o país está bem", declarou, referindo-se aos seus contactos com empresários estrangeiros, embora tenha admitido que as recentes confrontações entre Governo e Renamo já o tenham levado a encerrar temporariamente unidades dos seus investimentos no país.

O Banco de Moçambique e o chefe de Estado moçambicano assumiram na semana passada que o país enfrenta várias dificuldades, traduzidas pela depreciação do metical face ao dólar, diminuição de divisas, redução da ajuda externa e investimento estrangeiro e aumento da dívida pública.

Na mesma altura, o FMI confirmou a revisão em baixa da previsão de crescimento económico para 6,3% este ano e 6,5% em 2016 e anunciou um empréstimo de 286 milhões de dólares (260 milhões de euros) a Moçambique até 2017.

Salimo Abdula concordou hoje com o Presidente moçambicano quando disse que o país consome mais do que produz e que este pode ser um bom ponto de partida para uma nova atitude dos empresários.

"São boas perspectivas porque obriga os empresários que têm dinheiro, ou fizeram dinheiro sem saber como, a orientarem o negócio ocioso para o negócio produtivo", arrastando o aumento do investimento, do emprego e das exportações, sustentou.

Na conferência de hoje, em que participou também José Augusto Duarte, embaixador de Portugal em Maputo, Paulo Sousa, diretor-geral do banco BCI, Rodrigo Rocha, representante da Câmara de Comércio Portugal-Moçambique, e Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados, foi destacado por todos os intervenientes a vantagem competitiva da língua portuguesa.

O embaixador português advertiu porém que a língua pode servir para garantir uma posição de vantagem à partida mas não à chegada e precisa de ser acompanhada de outros fatores para se alcançar o sucesso.

A agricultura, o agronegócio, piscicultura, serviços, turismo e também a educação foram apontados como os setores mais necessitados de investimento e nos quais Portugal pode ter uma vantagem competitiva.

A conferência "Moçambique - Portugal, Reforçar as vantagens competitivas" insere-se no ciclo "Negócios em Português" que a Ordem dos Contabilistas Certificados e a TSF já realizaram em São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, e que, depois de Moçambique, deverá passar pelos restantes países de língua portuguesa.